

Governo amplia a Cz\$ 160 bilhões limite da anistia

BRASÍLIA — O governo, que admitta negociar até Cz\$ 133 bilhões da dívida de microempresários urbanos e pequenos produtores rurais, poderá chegar a Cz\$ 160 bilhões para fechar um acordo com os autores da proposta de cancelamento da correção monetária até quarta-feira, data em que a anistia será votada pela Constituinte. "Podemos chegar a 110, 120 milhões de OTNs (cerca de Cz\$ 160 bilhões)", revelou o líder do PFL, José Lourenço.

Para fechar o acordo, o governo exige dos autores da proposta de anistia — os constituintes Mansueto de Lavor (PMDB-PB), Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido MG) — retirada do perdão aos pequenos empresários urbanos e médios produtores rurais. "Estes sentam com o gerente do banco e negociam suas dívidas", disse o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Excluir os pequenos empresários urbanos e os médios produtores rurais significa comprar briga imediata com a Confederação Nacional dos Micro e Pequenos Empresários e com a UDR (União Democrática Ruralista). Por isso, os autores estudam uma sugestão do deputado Domingos Leonilli (PMDB-BA), que junta micros urbanos e rurais num item e pequenos e médios em outro. Os constituintes votariam primeiro o item referente aos micros, que teria o apoio do governo; em seguida, decidiriam sobre a anistia aos pequenos e médios, sem o apoio do governo e da esquerda, e com grandes possibilidades de derrota, de acordo com a avaliação dos líderes.

Prazo — "Nós estivemos hoje (ontem) com os líderes do governo e vamos manter contatos informais durante todo o fim-de-semana. Continuaremos negociando na segunda e na terça. Se até quarta-feira não conseguirmos nada, aí vamos decidir no voto", revelou o senador Mansueto de Lavor. Ele reconheceu que o prazo de sua proposta para o perdão das dívidas — de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 — é muito longo e que pode ser reduzido.

"Diria que até o mês de agosto de 1987", afirmou. Mas o governo quer que o prazo seja fixado entre 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986. Na negociação, deverá ser definida a data entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987, período em que vigorou o Plano Cruzado.

O presidente da Confederação dos Micro e Pequenos Empresários, Pedro Cascaes, disse que na próxima semana deverão chegar a Brasília pelo menos 15 mil pessoas mobilizadas pela entidade. O mesmo prometeu o líder nacional da UDR, Ronaldo Caiado. "Vamos inundar Brasília de produtores rurais", disse ele, logo após a decisão da Constituinte na última quarta-feira, de deixar a votação da emenda para a outra semana.

Foto de Gilberto Alves



D. Nair chorou, mas ficou sem a máquina de trabalho

Banco fecha Microempresa

BRASÍLIA — "Só saio daqui presa. Não estou me negando a pagar minhas contas", afirmava Nair Soares, 35 anos, dona da pequena empresa Brasília Indústria de Embalagens Ltda., produtora de embalagens de plástico, na cidade satélite do Gama, tentando impedir que um oficial de justiça e dois policiais levassem para o depósito público uma máquina injetora, seu mais importante instrumento de trabalho. Durante a vigência do Plano Cruzado, Nair fez um empréstimo de Cz\$ 50 mil no Banco Nacional. Hoje, a dívida é de Cz\$ 1 milhão e 600 mil.

A confusão na pequena empresa começou cedo, com a chegada do oficial de justiça e os policiais, que foram à empresa efetuar o mandado de busca e apreensão expedido pela Sétima Vara Cível de Brasília. Nair, que mora em Taguatinga, foi avisada pelos vizinhos e chegou logo depois. Ela chorou e teve a solidariedade de alguns amigos, que apelaram ao oficial de justiça, mas não conseguiu evitar que a máquina fosse removida.

Os policiais chegaram a pedir reforços. A delegada de plantão da 14ª DP do Gama, Ednalva Pereira dos Santos, também foi tentar convencer Nair a deixar que o equipamento fosse colocado no caminhão. Logo depois, o próprio delegado titular, Ledi Maciel, estava no local. Nair cedeu aos argumentos, mas prometeu brigar legalmente para ter de volta sua máquina.

teu brigar legalmente para ter de volta sua máquina.

Salão vazio — O oficial de justiça, constringido, tentava consolá-la: "É melhor levar a máquina agora. A senhora já pensou se não sai a anistia? A dívida fica aí, aumentando". Lembrou também que o mandado de busca fora expedido no dia 11 de fevereiro. "O banco lhe deu tempo, mas agora está com medo de que a máquina se desgaste e ele perca sua garantia". Nair argumentava que tentara pagar Cz\$ 270 mil, dinheiro arrumado entre os amigos, e que o banco não aceitou, condicionando qualquer negociação à retirada do equipamento.

A dona da Brasília Indústria de Embalagens viu o salão onde funcionava sua empresa ficar vazio, pois os demais equipamentos que possuía foram retirados por outros credores. Nair contou depois que seu drama teve início em fevereiro do ano passado. Fez o empréstimo a juros de 2,5% ao mês, que saltaram, com o fim do Cruzado, para 25%.

A esperança de Nair era a anistia. Mas o banco não deu tempo. Cercada pelos seus 14 empregados, agora desempregados, reconhecia estar sem alternativa: "Como vou pagar o banco e sustentar meus cinco filhos, se levaram a máquina que me permitia trabalhar?"